

Projecto Querença: turismo comunitário como alternativa para o desenvolvimento local e humano

Felipe Borborema CUNHA LIMA¹

Yolanda Flores e SILVA²

João Albino SILVA³

Resumo: Nesta comunicação apresentam-se resultados de pesquisa cujo objetivo geral foi o de analisar via *Projecto Querença* a formação de redes e parcerias na organização de arranjos produtivos turísticos e sua contribuição no desenvolvimento local e humano da aldeia de Querença no sul de Portugal. O percurso metodológico adotado foi interpretativo antropológico e os procedimentos de coleta e análise foi com abordagem exploratória para coleta de dados bibliográficos, documentais e humanos. O território da pesquisa foi o sul de Portugal (Algarve, região do Barrocal, aldeia de Querença). A análise dos dados foi segundo Geertz (interpretativa) utilizando-se dados da coleta 'in loco', documental/bibliográfica e as observações realizadas. Os resultados apontam que a formação de redes e parcerias contribui na formação de arranjos produtivos de distintas naturezas com empoderamentos individuais e coletivos levando ao desenvolvimento local e humano de forma sustentável, capaz de revelar várias potencialidades econômicas, tais como o turismo comunitário de acordo com as vocações locais (agroturismo, turismo de natureza, turismo de aventura, ecoturismo, turismo gastronômico, turismo cultural, entre outras possibilidades). Finalmente, que este formato de proposta quando articulado coletivamente auxilia na discussão e elaboração de políticas públicas importantes para o turismo e outras áreas da sociedade.

Palavras-chave: Turismo Comunitário. Arranjos Produtivos. Desenvolvimento Local e Humano. Redes.

1 Introdução

Este artigo oferece uma visão de pesquisa realizada para tese de doutorado cujo foco foi à influência de redes e parcerias solidárias na formação de vários arranjos produtivos de natureza econômica (incluindo-se o turismo) capazes de sustentar financeiramente populações de pequenas comunidades e levá-las a um desenvolvimento local e humano segundo a perspectiva do economista Max – Neef (2003). Nesses contextos as atividades turísticas são associadas com outras atividades

¹ Doutorando em Turismo e Hotelaria do Programa de Doutorado e Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Link CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1836949723073639> E-mail: felipebcl2@hotmail.com

² Docente/Pesquisadora no Programa de Doutorado e Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Link CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5344296091176496> E-mail: yolanda@univali.br

³ Docente/ Pesquisador e Coordenador do Programa de Doutorado em Turismo da Universidade do Algarve - UALG. E-mail: jsilva@ualg.pt

e modalidades de turismo desenvolvidas com vertentes interculturais e interdisciplinares.

A base da pesquisa está associada à discussão sobre as relações na formação das redes e parcerias do *Projecto Querença* (PQ)⁴ e como esta proposta conseguiu com suas ações coletivas diminuir a ‘desertificação populacional’ (êxodo rural), criar novos arranjos produtivos via agricultura agroecológica e trazer novos moradores e visitantes para conhecer a realidade local e auxiliar na organização de empreendimentos relacionados às atividades tradicionais da comunidade.

Justificou-se a importância desse estudo na premissa de que são insipientes as pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal de propostas como o PQ, sobre redes e parcerias solidárias (privadas e públicas) com uma gestão de políticas solidárias de proteção, suporte e desenvolvimento de arranjos produtivos como o turístico (entre outros), voltados a nosso ver, para o empoderamento individual e coletivo de pessoas que vivem em lugares com risco de ‘desertificação populacional’.

Nesse sentido estudar, refletir, discutir e apontar como o estudo de redes e parcerias solidárias pode auxiliar no desenvolvimento de um destino com o resgate e preservação dos recursos naturais, culturais e econômicos, foi à premissa desta investigação cujo objetivo geral foi o de: analisar via *Projecto Querença* a formação de redes e parcerias na organização de arranjos produtivos turísticos e sua contribuição no desenvolvimento local e humano da aldeia de Querença, no sul de Portugal.

2 Metodologia

Esta pesquisa teve por base a teoria interpretativa de Geertz (2008) cujos estudos focam na abordagem antropológica de natureza exploratória para coleta e análise de dados. Segundo Denzin e Lincoln (2006) as pesquisas com abordagem antropológica compreendem um conjunto de atividades interpretativas que podem dispor de distintos modelos metodológicos para sua realização. Na perspectiva assumida na pesquisa realizada, associamos a etnografia ao estudo de caso. Um estudo de caso, segundo Goode e Hatt (1979) deve ser realizado quando se deseja organizar as informações coletadas preservando o caráter ‘unitário’ do objeto investigado.

Do ponto de vista prático, a pesquisa se iniciou em 2013 quando tivemos um primeiro contato com alguns membros do *Projecto Querença* (PQ) e neste expomos as ideias da proposta em elaboração. Em novembro e dezembro de 2014, com a presença de minha orientadora se retomou o contato com a equipe do PQ com algumas visitas à aldeia de Querença e projetos parceiros na região do Algarve. Em um destes

⁴ Proposta desenvolvida na região do Algarve, em uma aldeia no ‘*Concelho*’ de Loulé.

momentos se fez a apresentação da proposta de pesquisa já qualificada no Brasil. Em 2016 com o apoio da CAPES que concedeu uma bolsa ‘sanduíche’ para realização da investigação no período compreendido de janeiro a junho de 2016, iniciamos a pesquisa e estudos pontuais sobre turismo criativo e de experiência na Universidade do Algarve.

Para alcançarmos o objetivo geral da proposta se fez 40 entrevistas formais com uso de um roteiro semiestruturado e observação participante, com posterior descrição no diário de campo. Os aspectos observados e analisados tiveram como guia o roteiro de avaliação de empreendimentos rurais comunitários do projeto “Vivências Brasil” (Ministério do Turismo, 2009: 10) sendo este adaptado à realidade portuguesa, resultando nas seguintes categorias: Aspectos de Gestão, Aspectos de Infraestrutura, Aspectos de Certificação e Segurança, Aspectos de Formação e Qualificação, Aspectos de Envolvimento da Comunidade e Aspectos de Parcerias.

As análises foram realizadas segundo Geertz (2008) por comparação entre a coleta ‘*in loco*’ (entrevistas e observação) e a coleta documental/bibliográfica. Essa técnica envolve uma descrição densa com a construção de interpretações para o discurso dos informantes considerando a correta descrição dos dados brutos, a identificação de descritores ou palavras-chaves que respondam diretamente ao objetivo e por fim a análise contextual de padrões recorrentes de respostas mostrando os temas que submergem das respostas dos informantes, observações do pesquisador e documentos/bibliografias, mostrando os que se interligam ou não ao problema de pesquisa e objetivos geral. No tópico a seguir a temática que formatou a reflexão teórica realizada para discussão dos resultados da investigação realizada.

3 O turismo: perspectivas comunitárias e desenvolvimento

Quando falamos em turismo é inevitável que algumas imagens nos venham à mente: deslocamento, pacotes de viagem, hotéis e, por conseguinte, nos deparamos com a ideia de um turismo tradicional, massivo, com um grande deslocamento de pessoas, sempre em busca dos destinos consolidados e em plena alta estação. As dinâmicas que envolvem esse tipo de turismo são criticadas por autores como Bursztyn *et. al.* (2009) que descrevem como o turismo de massa pode de forma negativa atingir vários setores de uma comunidade, comprometendo-a em nível social, causando danos ambientais, além de descaracterizar as tradições culturais desse povo. Contudo, um novo modelo de turismo vem sendo discutido e visto como uma alternativa a este modelo convencional de turismo de massa, que envolve muitos riscos e impactos negativos.

Infelizmente os países pobres, além de não observarem os riscos e impactos causados pela atividade turística são levados a acreditar no turismo como uma iniciativa que promove o desenvolvimento, o que não acontece na prática em todas as

localidades em que o turismo ocorre, uma vez que apenas as atividades sólidas com grande respaldo na industrialização atuam como base para o desenvolvimento econômico (Coriolano, 2009).

Embora muito se fale de infraestrutura, e das novas oportunidades de emprego e renda que surgem com o desenvolvimento do turismo, Coriolano *et. al.* (2009) advertem que no modelo globalizado, do turismo de massa, os resultados deste modelo de turismo muitas vezes não favorecem a população devido à exploração humana e segregação espacial. Como reflexo, uma grande parcela da população além de permanecer habitando áreas inadequadas, comumente não são absorvidas pelo mercado de trabalho, e quando isto acontece não conquistam grandes melhorias, ao contrario, é cada vez mais comum observarmos, em especial jovens e crianças exercendo um trabalho exaustivo com exploração da mão de obra, indução à prostituição ou com segregação da vida social e escolar que poderiam vivenciar se não precisassem estar trabalhando em condições precárias.

Considerando esse contexto, o turismo recebe inúmeras críticas de como os megaempreendimentos e o turismo de massa, impactam negativamente o local e a sua população, como adverte Barbosa (2011), quer seja pela apropriação indevida das terras, desvalorização cultural e degradação ambiental, muito embora exista como entender a atividade turística como uma possibilidade de inserção no mercado. A autora sugere ainda que uma comunidade pode repensar a atividade turística e desenvolvê-la de forma diferenciada, organizando-se a partir de associações, que busquem beneficiar seus membros, através da luta pelos interesses comuns a todos sem que para tanto seja necessário abandonar o modelo de sociedade onde estão inseridos.

O turismo, portanto, pode ser desenvolvido por dois eixos básicos. Um turismo convencional de acordo com sua posição frente ao mercado econômico, seguindo as regras do capitalismo que visa essencialmente o lucro e a acumulação de bens. Ou seguir na contra corrente e assumir uma forma alternativa de turismo, que embora também vise ao lucro, os participantes estão inseridos em um contexto de discussão coletiva com iniciativas de organização e execução a cargo de associações /cooperativas cujos membros pertencem a dada comunidade, com uma população pequena que deseja ter no turismo uma alternativa econômica sem que para tal se eliminem as atividades tradicionais desenvolvidas por estes no seu cotidiano de trabalho (Coriolano, 2006).

Deve-se ressaltar que o turismo, qualquer que seja o segmento, deve pensar que o desenvolvimento não se fecha unicamente na perspectiva econômica e nem tão pouco na concentração de renda em uma única pessoa ou grupo empresarial. Barreto (2013) em relatórios sobre esta questão nas comunidades agrícolas, afirma que o desenvolvimento econômico quando resultante apenas dos ganhos e rentabilidade, por parte das empresas, não conduz a uma melhoria do padrão de vida da população.

Isso ocorre porque a renda permanece concentrada individualmente nas grandes empresas, não diminuindo as desigualdades sociais.

Nesse sentido, Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013) entendem que este processo, no caso específico do turismo, levou ao surgimento de um novo segmento no setor, como uma ação de resistência das comunidades rurais, pesqueiras, indígenas, quilombolas, frente ao turismo de massa que se apropria e leva à descaracterização dos territórios marginalizados e menos favorecidos. Este novo segmento além de abrir uma série de possibilidades para a implantação de vários arranjos produtivos associados ao turismo, se caracteriza pela formação de redes e parcerias solidárias.

Esse turismo que se contrapõe ao modelo massificado estimulado pela sociedade de consumo, de acordo com Bursztyn, Bartholo e Delamero (2009) apresenta uma menor necessidade em infraestrutura e serviços, diminuindo os impactos no local onde é desenvolvido, tanto por modificar em menor escala o espaço, como por valorizar os vínculos nos âmbitos naturais e culturais da população. A postura que permeia este formato de turismo ocorre com relação à proteção dos bens culturais e naturais ao mesmo tempo em que também oferece uma nova proposta de hospitalidade e convivência entre quem acolhe (hospeda) e quem visitam.

Essa mudança de postura, de como é conduzido o turismo, recebe várias denominações conforme a vocação dos territórios e populações onde ocorre, assumindo ser: comunitário, de desenvolvimento local, criativo, de experiência, solidário e/ou social. Qualquer que seja a denominação imprime mudanças de hábitos dos visitantes e também na comunidade receptora. Um dos reflexos mais visíveis são a formação de vários circuitos e rotas, ampliando as possibilidades de oferta de serviços e produtos aos visitantes. Na França, a *Accueil Paysan*, no Brasil, a *Acolhida na Colônia* e em Portugal o *Projecto Querença*, onde o turismo nasce a partir da oferta de alimentos, via que Darolt (2012) denomina de circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos, que nos exemplos citados ocorre em associação com circuitos turísticos rurais, de natureza, ecológicos, culturais e gastronômicos.

Os estudos de Sansolo e Bursztyn (2009:145) nos apresenta uma revisão das principais pesquisas sobre a “relação entre o turismo e as comunidades locais receptoras”, e as denominações utilizadas para este formato de turismo que ali se realiza: turismo comunitário, de base comunitária e / ou rural comunitário. Alguns países adotaram o termo turismo comunitário (TC) para designar o formato de turismo desenvolvido em comunidades tradicionais com ações realizadas de forma coletiva. O governo da Bolívia adotou em 2006 como conceito de TC: um modelo alternativo de gestão turística, endógena e autônoma, manejada por organizações comunitárias rurais, indígenas e urbanas, como parte da diversificação econômica de seus sistemas produtivos e a administração integral do desenvolvimento em seus territórios originários. Na Costa Rica o TC é definido pelo Consorcio Cooperativo Red Ecoturística

Nacional (Cooprena, 2008) como: uma oferta de turismo alternativo no meio rural, gerida diretamente pelo e para o benefício das comunidades organizadas, com base na conservação e uso dos recursos local, tanto natural como cultural. O Equador adotou o conceito da Federação Plurinacional de Turismo Comunitário (Feptce, 2008) onde o TC é uma atividade econômica solidária que relaciona a comunidade e os visitantes, desde uma perspectiva intercultural, com participação consensual de seus membros, proporcionando um manejo adequado dos recursos naturais e a valorização do patrimônio cultural, baseados num princípio de equidade na distribuição dos benefícios gerados. Outra definição apresentada é a da *World Wild Found* (2001) onde o TC é visto como uma forma de ecoturismo em que a comunidade local tem o controle substancial sobre o envolvimento, o desenvolvimento e gestão, e uma parte importante dos benefícios permanecem na comunidade.

Os conceitos brasileiros seguem a mesma linha de raciocínio agregando a discussão sobre empreendedorismo comunitário e intercambio-cultural. Para a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol, 2008) o TC é uma forma de organização empresarial sustentada em um território através da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando ao encontro cultural com o visitante. O TC para a Rede Brasileira de Turismo Comunitário (Tucum, 2008) é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

Segundo essa linha de raciocínio, Coriolano *et. al.* (2009) ressaltam que o TC é uma atividade associativa, planejada e controlada pela comunidade, por meio de um desenvolvimento participativo e uma gestão integrada dos arranjos produtivos locais, e por manter o controle efetivo sobre as terras e a exploração do turismo, esses arranjos fortalecem também as atividades econômicas pré-existentes como a agricultura, pesca e artesanato. Evidenciam-se também ações que procuram proteger as propriedades dos residentes, a geração de trabalho, valorização dos empreendimentos locais e dinamização do seu capital, e a inserção dos jovens e das mulheres no processo.

Para Parent, Klein e Jolin (2009) embora ocorram muitos problemas na organização do TC, a necessidade de superar as adversidades nas pequenas comunidades, faz com que este formato de turismo seja visto não apenas como alternativo, mas também, como uma possibilidade de turismo mais permanente e de longa duração. O TC, portanto, tem por base e princípios, assumir um formato onde a acumulação de bens não é o mais importante, sendo o contexto geral mais significativo, algo descrito por Hoener (2008) como outro modo de fazer turismo, com

equilíbrio das atividades turísticas, associando desenvolvimento econômico, proteção ambiental e satisfação de turistas e residentes.

4 Resultados: uma descrição etnográfica

A investigação realizada teve como cenário e universo a aldeia de Querença, localizada no Concelho de Loulé na região do Algarve (Figura 01). Esta região é constituída por 16 *Concelhos* e 84 Freguesias, sendo Faro a capital. Sua área corresponde a 5% do território nacional e está localizado no extremo sul de Portugal continental, limitando-se a norte com a região do Alentejo, a leste com região da Andaluzia na Espanha e a sul e a oeste com o oceano Atlântico (Santos, 2013) o que contribuiu para que o Algarve fosse sempre visto como uma área distante e isolada do restante do país (Silva; Silva, 2013).

No que se refere à dinâmica de ocupação do espaço, Loulé, maior cidade do Algarve, com uma população de aproximadamente 71 mil habitantes, retrata o que acontece na região. Embora sua sede administrativa esteja no interior, de acordo com Santos (2013) grande parte de sua população encontra-se no litoral, área onde se concentram os serviços voltados para a atividade do turismo. Em Loulé encontramos também outros elementos de ordem histórico-cultural que somados a ação do turismo que estimula o povoamento do litoral e da separação física imposta pela serra, reforçam o sentimento de isolamento destas regiões. Sob essa ótica, quanto mais distante do litoral, mais as zonas do interior são vistas como isoladas e inhóspitas. Fonseca (2014) aponta diversos autores que retratam a serra como sendo um lugar atrasado, deserto, de importância social e econômica irrelevante, cuja população é descrita como pobre e que tira seu sustento do que a terra pode oferecer.

No caso da aldeia de Querença, com relação a sua estrutura política-administrativa, esta passou por algumas mudanças até assumir o formato atual. Fernandes (2013) nos mostra que a aldeia fazia parte da Freguesia de São Clemente de Loulé. Em 1997 com base nos estudos de Inácio (2007) seu território foi desmembrado e aproximadamente 50% da sua população, passaram a compor a freguesia de Tôr. Como resultados desses aspectos geográficos, políticos e econômicos, Silva e Silva (2014) observam que a aldeia em 2011 chegou a uma população que não passava de 700 habitantes, sendo 151 delas vivendo de forma isolada. Em 2012, com base na Lei nº 22/2012, Querença é reagrupada e assume seu formato atual dando origem à '*União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim*'.

Como resultado direto de uma economia fraca, baseada na agricultura de pequeno porte e na pesca artesanal (sub-região litorânea) foi observado em Querença um êxodo em massa, originando um processo de desertificação populacional agravado pelo envelhecimento dos membros da comunidade, pelo decréscimo da taxa de natalidade e uma baixa densidade populacional. Como reflexo desses fatores o que

vem se observando é um esvaziamento das áreas rurais e uma desvalorização dos espaços, da cultura e das pessoas. Reunindo todos esses pontos Fernandes (2013) nos leva a entender, a necessidade de se desenvolver atividades que revelem e dinamizem o interior de Portugal e mais especificamente o *Concelho* de Loulé e Querença, integrando os residentes com visitantes, por meio da interação, partilha da cultura local e do patrimônio histórico e natural.

4.1 O projeto Querença, a formação de redes e o turismo

Da reunião de todos esses aspectos e problemas citados acima é que nasceu o *Projecto Querença* (PQ) uma proposta cuja ideia central foi a de introduzir um novo capital social na aldeia de Querença para favorecer o desenvolvimento de atividades com base nos recursos presentes no território. Seu intuito maior é criar novas possibilidades para esse território, promovendo oportunidades econômicas, gerando emprego e renda, além de trazer alguns jovens a aldeia que sofre com a carência de mão de obra qualificada, e dessa maneira, reverter dois problemas ao mesmo tempo, o êxodo rural e a inserção no mercado de trabalho de jovens egressos, por exemplo, da universidade.

Embora com foco no desenvolvimento local e na geração de emprego e renda o projeto também se caracteriza como uma proposta de desenvolvimento comunitário. O caráter comunitário e social se deve em parte por ter sido uma proposta idealizada em parceria com a Fundação Manuel Viegas Guerreiro (FMVG) com sede na aldeia de Querença. Esta organização, sem fins lucrativos, desenvolve atividades com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural, social, ambiental e econômico da região do Algarve (Ferreira, 2006; Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2000).

O próprio modelo de organização da FMVG tornou possíveis ações no PQ que aliam o turismo cultural e de natureza a uma proposta de economia solidária criativa, que segundo Fernandes (2013:10) aguçou a “consciência da sociedade civil para as potencialidades das áreas rurais de baixa densidade, que reúnem em si conhecimento ancestral, riqueza patrimonial e vontade de inverter o êxodo rural da população jovem”. Para tanto, ainda de acordo com a autora, lançou mão de ações e atividades que combatiam a inércia existente nas áreas rurais, propaga valores positivos que incrementem a pré-disposição das pessoas por meio de ações de cuidado de áreas protegidas, cultivo de terrenos agrícolas abandonados, participação em atividades de ecoturismo e compra preferencial de produtos tradicionais gastronômicos e/ou artesanais locais.

Em linhas gerais a base das redes formadas no PQ para a realização das ações empreendedoras compreendem três eixos norteadores: o acadêmico, o governamental e o promotor. O eixo acadêmico é representado pela Universidade do

Algarve (UALG), que fornece o apoio científico e intelectual para os jovens e suas propostas. A UALG estimula a participação de seus alunos e egressos, apoiando as pesquisas com a supervisão de seu corpo docente e facilitando o acesso aos laboratórios, biblioteca e a Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA). O eixo governamental tem como base a setor público, na figura da Câmara Municipal de Loulé e a Junta de Freguesia de Querença, Tôr e Benafim, cujo papel central é o de ser um provedor do estado para questões legais e de financiamento. O eixo promotor é representado pelos órgãos responsáveis pela gestão do projeto, a Fundação Manuel Viegas Guerreiro teve essa incumbência no projeto piloto (2010 – 2012) e a *ProActiveTur*⁵ na etapa compreendida (2013 – 2016), no entanto a coordenação almeja a criação de uma associação e ou cooperativa que possa assumir esta função.

Ressalta-se que a fundação mesmo não exercendo mais o papel de promotora do *Projecto Querença*, acolhe em suas instalações a sede física do projeto na aldeia, como forma de manter seu apoio as atividades. Este é um exemplo de que a dinâmica que altera a estrutura da rede de parceiros não implica desligamento das instituições e de seus membros do projeto. O que existe, na maioria das vezes, é uma relocação das ações a serem realizadas na configuração e desenho da rede. Concebemos a representação da rede do *Projecto Querença*, considerando a visão de Powell (1990) que demonstra a rede como uma construção que tem sua gênese a partir de uma estrutura organizacional que contrapõe o formato tradicional, a ideia de hierarquia e a lógica imposta pelo mercado. Nesse sentido, pensar em rede é imaginar uma estrutura com ligações verticais e horizontais, com princípios baseados na credibilidade entre os envolvidos, visando ações de reciprocidade e benefício mutuo. Neste formato, a rede ou redes que se formam produzem apoios e parcerias que tornam possível a formação de novos arranjos produtivos no território. Estes tem como meta o desenvolvimento territorial local, algo que fortalece as estruturas públicas e privadas, aumentando o grau de confiança das pessoas com diminuição do desejo de sair para outros territórios em busca de sustentabilidade.

Cavaco (2006), Campanhola e Silva (2000) mostram que arranjos produtivos ligados ao turismo, por exemplo, podem no meio rural apresentar como marca o desenvolvimento local e a valorização dos territórios envolvidos. Para Oliveira e Campos (2007) este movimento no meio rural e também em outras comunidades que vivem à margem do setor produtivo, se fortalece quando as populações das pequenas comunidades (agrícolas, de pesca artesanal, grupos quilombolas, indígenas, extrativistas) reconhecem a importância de sua cultura e patrimônios e o potencial das mesmas para atrair visitantes. E se o turismo é organizado associado a um modelo de redes e parcerias comunitárias, se torna uma atividade em que população e turistas

⁵ A Proactivetur é uma agência privada de turismo com especialidade em turismo de natureza e ecoturismo que tem como gestor o coordenador técnico do *Projecto Querença*.

atuam juntas assumindo diversos papéis importantes para a inclusão e o desenvolvimento local. Quando se assume este modelo de ação turística se chega ao que se conhece como turismo comunitário.

Para Coriolano (2009; 2006) o turismo comunitário promove a reorganização dos indivíduos envolvidos na atividade turística e abre espaço para outras formas de atuação no território associando inclusive estas atividades a outros arranjos produtivos. No *Projecto Querença* entendemos que existem células de TC e que estas auxiliam (embora não seja o foco do PQ) nas iniciativas de formação de arranjos produtivos importantes e integrados com base nas relações locais e vocações do território de Querença e sua população. Considerando este contexto, procuramos a partir das leituras realizadas e experiências, mostrar e descrever como funcionam os arranjos produtivos, os parceiros e os apoios no PQ. As bases para esta construção foram às leituras principalmente de Coriolano (2009,2006).

Arranjos Produtivos: como o nome sugere é um grupo de pequenos empreendimentos que se desenvolvem de forma compartilhada através de mecanismos de cooperação na sua gestão. No PQ ocorrem como arranjos diretos e indiretos. Os Arranjos Diretos são resultados de atividades nascidas e desenvolvidas no PQ. Arranjos Indiretos são aqueles formados fora do PQ por pessoas da comunidade. Estes arranjos ofertam produtos e serviços que o PQ divulga, vende e expõe em Querença e também em outros lugares. Exemplos: produtos agrícolas de produtores locais que são ofertados a restaurantes, hotéis e supermercados da região; produtos artesanais tradicionais ofertados a turistas em visita a Querença nas oficinas dos mesmos para compra ou participação nas rodas criativas e de experiência de elaboração destes produtos.

Sobre o turismo realizado em Querença via PQ: o projeto faz a intermediação em caminhadas de natureza, visitas aos patrimônios históricos, oficinas para elaboração de pratos gastronômicos tradicionais, peças artesanais, participação em reformas de edificações agrícolas tradicionais, etc. Todas estas atividades ocorrem com diferentes níveis de interação e interferência com parceiros e apoios distintos.

Denominamos de Parceiros grupos ou entidades que possuem um papel estruturante para o desenvolvimento do projeto, quer seja fornecendo recursos intelectuais, financeiros, humanos ou de infraestrutura de forma continuada. Os parceiros podem ser subdivididos em institucionais e estratégicos. Os Apoios são oferecidos por indivíduos ou grupos que contribuem com o projeto, através de ações pontuais, por meio de voluntariado, financiamento, doação, treinamento ou divulgação do projeto. Embora essas ações possam se repetir ao longo dos anos, não se caracterizam como uma ação permanente, de continuidade ou relacionada à estrutura base do projeto. Destacamos aqui a *Fundação Calouste Gulbenkian*, Honda, Portugal Telecom, Sul Informação entre outros.

4.2 O turismo praticado no PQ

O turismo enquanto um dos arranjos produtivos do PQ é parte de uma rede de parceiros que apresentam aos visitantes elementos culturais e turísticos do território Algarvio, ressaltando as particularidades histórico-culturais e paisagísticas, valorizando atividades tradicionais que fazem parte da identidade da região e criando produtos culturais e turísticos. Um exemplo sobre como isto ocorre pode ser observado no produto turístico: 'Caminhos da Cal e do Barro', uma rota pedestre cujo ponto de partida é a aldeia de Querença. Neste percurso, os visitantes percorrem áreas do barrocal e são apresentados ao calcário, a cal e o barro. Aspectos históricos do uso destes elementos são relatados pela guia que conduz os visitantes após essa explanação, a um espaço em que os mesmos podem observar e 'fazer' tintas com as cores naturais com que se pintavam as casas no passado. A experiência e a criatividade se associam a esta modalidade de turismo cultural que promove o envolvimento dos participantes com os temas, lugares e protagonistas do território visitado. As linhas temáticas desenvolvidas nesta rota deram origem a uma série de subprodutos: percursos pedestres autoguiados de caráter interpretativo trabalhados com a orientação de um guia especializado; experiências criativas e sensoriais; pequenas formações e workshops sobre os fornos de cal incluindo técnicas de fotografia e pintura.

Outra faceta do turismo na região tem por base a produção agrícola orgânica (ou biológica) com a criação de produtos (doces, temperos e licores artesanais) e a venda destes produtos com informações pedagógicas sobre o tipo de cultivo, o tipo de produto e a sua história cultural na localidade. No Brasil a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia denomina este formato de atividade turística de Turismo Pedagógico (Slapnicka, 2009). Em Querença este arranjo nasceu em uma família tradicional que tinha o objetivo de recuperar variedades hortícolas e frutíferas, bem como terras e tradições abandonadas ou em desuso. A *BiaFaisca*, arranjo microempresarial nasce portanto, da ideia mais elementar do PQ: trazer de volta tradições esquecidas do cultivo de alimentos e vender estes produtos diretamente em 'feiras' e mercados locais ou em pequenos restaurantes, pousadas e hotéis.

Com base nestes exemplos, é possível observar que o PQ através de suas ações, criou produtos e serviços, com enfoque na valorização das tradições locais sob o viés de muitas áreas, mas é o turismo, que a nosso ver, conseguiu estimular a comunidade com relação às mudanças ocorridas na região. Ver pessoas diferentes na aldeia, circulando, hospedando-se ou comprando produtos no Mercado de Querença, com certeza demonstra que há outro ritmo e outra dinâmica no território. A manutenção das produções agrícolas e culturais e outras ações contribuem como facilitadores na discussão pelo retorno de serviços públicos que já não existiam na aldeia em função da diminuição das pessoas para usá-los. As entrevistas, leituras de documentos e a

observação participante nos permitiu compreender que os arranjos produtivos associados à atividade turística promove a inserção de novos modelos de gestão e tipos de negócios. A preocupação com a infraestrutura, certificação e segurança turística, formação e qualificação das pessoas, o envolvimento da comunidade e os aspectos relativos à formação de redes e parcerias, todos eles estão associados a todos os arranjos produtivos (sejam eles arranjos com empreendimentos físicos construídos ou intervenções), contudo, é no turismo que estas categorias se revelam como essenciais para o funcionamento da atividade.

O turismo está, a nosso ver, inserido em todos os arranjos produtivos oriundos do PQ e parceiros. O perfil do turismo praticado via PQ tem o formato comunitário, com várias possibilidades: cultural, criativo, de desporto, de experiência, rural, de natureza, etc. Este perfil, além de fortalecer a atividade, impulsionou novas parcerias e abriu espaço para a conexão do PQ a rede do *Creative Tourism Network*. No que se refere ao turismo, é possível observar que o perfil do turista que consome os produtos e serviços do PQ e de seus parceiros é diferenciado. Este está em busca de experiências reais conectado com o sentimento de valorização e respeito à cultura local, ao resgate das tradições ancestrais, dos ofícios e saberes de um povo.

Observando as ações do PQ e o perfil do turista que procura participar das ações e atividades em Querença, percebemos semelhanças com o que Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013) demonstram e discutem acerca do TC no Brasil. Primeiro que este nasce de arranjos produtivos associados ao turismo caracterizados pela formação de redes e parcerias solidárias como uma forma de tornar público os problemas e reivindicações de um determinado grupo social e trazer à tona para debate os interesses e anseios de pequenas comunidades. Segundo, que o turista que procura participar e conhecer esta modalidade de turismo vai impulsionado pelo desejo comunitário, social e solidário de investir seu dinheiro em viagens que possam realmente apoiar o desenvolvimento local na perspectiva humana de Max-Neef (2003).

Neste universo, o turismo é o arranjo produtivo mais forte do ponto de vista econômico e do ponto de vista de recuperação da história cultural do território. A ecossocioeconomia que Sampaio e colaboradores (2010) discutem com a união dos elementos sociais e naturais para criar novas dinâmicas produtivas em território pequenos, rurais e tradicionais é usualmente solicitada por quem atua no turismo numa perspectiva comunitária. Este modelo é o que existe em Querença, com todas as características apontadas pela literatura brasileira e internacional sobre o tema. O que não se discute nesta literatura é este viés com o desenvolvimento sustentável na escala humana, segundo Max-Neef (2005; 2003) que em pesquisas futuras poderá ser trabalhado não apenas com dados qualitativos (como fizemos), mas também, com dados quantitativos.

5 Considerações Finais

O artigo descreve estudo qualitativo realizado no Algarve sobre as influências do processo de intervenção em uma aldeia através de uma proposta denominada de *Projecto Querença* (PQ). Esta proposta tem como propósito central reverter à situação de desertificação populacional, êxodo rural e falta de oportunidades econômicas na aldeia de Querença e desse modo estimular uma nova realidade socioeconômica com a proposição de um novo modelo de crescimento sustentável, alinhando o desenvolvimento econômico a outro na escala humana e local, com reflexo para toda a região.

Os arranjos produtivos que se formam via PQ unem agricultura a contemplação da paisagem cênica e observação de pássaros; ou agricultura com gastronomia. Todos estes permeando preocupações relacionadas à alimentação saudável, aos mecanismos de produção orgânica; e/ou caminhadas associadas a atividades físicas, questões culturais, elementos históricos, novas técnicas e inovações relacionadas ao patrimônio, à fotografia e artesanato. Nesse universo o turismo permeia diversos segmentos e nichos com a adoção de distintas denominações tais como: turismo cultural, de natureza, criativo e de experiência.

Nesse sentido, entendemos que ainda se faz necessário uma adequação do termo a ser utilizado. No Brasil, segundo as pesquisas aqui realizadas, a proposta ali desenvolvida tem as características do turismo comunitário, visto associar o turismo a atividades como a agricultura, artesanato e culinária tradicional. Outra característica que confirma o teor comunitário do turismo praticado em Querença é a forma como os idealizadores do PQ fazem a gestão do turismo pautada no respeito ao meio ambiente e tratando como primordial as alianças e relações entre as pessoas, num caráter de humanidade, compaixão e empatia, uma vez que do mesmo modo que o crescimento individual favorece o crescimento da coletividade, todos são afetados negativamente quando seus semelhantes são diminuídos e oprimidos. Com bases comunitárias e o olhar em um desenvolvimento humano e não apenas econômico, o *Projecto Querença*, além de abrir espaço para novas possibilidades, empodera os indivíduos e promove mudanças concretas no território ao confrontar modelos arraigados na região e contrapor os interesses de grupos dominantes.

Referências

- Barreto, M. C. (2013). *Desenvolvimento Local Sustentável*. Amapá: EMBRAPA / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- BRASIL, Ministério do Turismo. (2009). *Vivências Brasil: aprendendo com o turismo nacional 2008/2009*. Brasília: BRATZOA / SEBRAE / MT.

Bursztyn, I.; Bartholo, R.; & Delamero, M. (2009). Turismo Para Quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN. (org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Campanhola, C. & Silva, J. G. (2000). O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Agricultor. In: Almeida, J. A.; & Riedl, M. (org.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Edusc: Bauru.

Cavaco, C. (2006). Regionalização do Turismo em Áreas Rurais a Partir da Oferta? In: Almeida, J. A. & Souza, M. *Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação*. Facos / Ufsm: Santa Maria.

Cooprena, Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional. (2008). Experiencias de Turismo Rural Comunitário em Costa Rica. In: *II Internacional Seminar on Sustainable Tourism*. Fortaleza.

Coriolano, L. N. M. T. (2006). *O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza*. São Paulo: Annablume.

Coriolano, L. N. M. T. et. al. (2009). *Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudanças*. Fortaleza: EdUECE.

Coriolano, L. N. M. T. (2009). O Turismo Comunitário no Nordeste Brasileiro. In: BARTHOLO; SANSOLO e BURSZTYN. (org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Darolt, M. R. (2012). *Conexões Ecológicas: novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR.

Denzin, N. K.; & Lincoln, Y. S. (org.). (2006). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: ARTMED.

Feptce, Federação Plurinacional de Turismo de Base Comunitária. (2008). El Turismo Comunitário esta Baseado em la Cosmovision Andina de Sumak Kawsay. In: *II International Seminar on Sustainable Tourism*. Fortaleza.

Fernandes, S. P. F. (2013). *Mercado de Querença – ao encontro do marketing de experiências 2013*. Dissertação de Mestrado em Marketing. Universidade do Algarve, Faculdade de Economia. Faro. Portugal.

Ferreira, M. (2006). *Manuel Viegas Guerreiro, Fotobiografia*. Querença, Portugal: Fundação Manuel Viegas Guerreiro.

Fonseca, C. I. J. (2014). *De Volta à Terra? Desenvolvimento e Revitalização o Rural – um estudo de caso no sul de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

FMVG, Fundação Manuel Viegas Guerreiro, (2000) *Estatutos da Fundação Manuel Viegas Guerreiro*. Querença – Portugal: Fundação Manuel Viegas Guerreiro

Geertz, C. (2008). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC. (reimpressão).

Goode, W. J.; & Hatt, P. K. (1979). *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Guzzatti, T. C.; Sampaio, C. A. C.; & Coriolano, L. N. M. T. (2013). Turismo de Base Comunitário em Territórios Rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). In: *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, 6(1), 93-106, jan/abril.

Hoener, J. M. (2008). *Géopolitique du tourisme*. Paris: Éditions Armand Colin.

Inácio, B. (2007). *Plano de Promoção de Querença*. Monografia de licenciatura. Instituto Superior Dom AfonsoIII (INUAF). Loulé, Portugal.

Max-Neef, M. (2003). Empoderamento de Comunidades e Desenvolvimento Alternativo. In: *Pedagogia Social*. São Paulo, 17(2),1-3.

Max-Neef. M. (2005). Foundations of transdisciplinarity. In: *Ecological Economics*, Valdívia, 12(53),5-16.

Oliveira, D. A.; & Campos, S. S. (2007). O Espaço Rural: das atividades tradicionais às inovações do turismo em áreas rurais. In: SEABRA, G. *et al. Identidade Cultural e Desenvolvimento Local*. João Pessoa: Ufpb.

Parent, S. ; Klein, J. L. ; & Jolin, L. (2009). Le Développement Communautaire Local et le Tourisme Communautaire: une analyse conceptuelle comparative. In: *Journal for Communication Studies*, 4(1),73-89.

Powell, W. W. (1990). Neither Market Nor Hierarchy: network forms of organization. In: *Research on Organizational Behavior*, 12(1),295-336.

Sampaio, C. A. C. et. al. (2010). Socioprodutivo de Base Comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. In: SANTOS, C. H. S.; & BASSANESI, M. M. R. (org.). *Turismo e Redes: um novo caminho para a organização no início do século XXI*. Caxias do Sul (RS): EducS.

Sansolo, D. G.; & Bursztyn, I. (2009). Turismo de Base Comunitária: potencialidades no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO; SANSOLO; & BURSZTYN. (org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Santos, J. C. V. (2013). *Região e Destino Turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*. São Paulo: All Print Editora.

Silva, Y. F.; & Silva, J. A. (2013). *Redes e organizações comunitárias do turismo rural no sul do Brasil e Portugal: suportes e laços para o desenvolvimento local?* Relatório de Pós-doutoramento. Universidade do Algarve: FEUALG. Faro, Portugal.

Silva, Y. F.; & Silva, J. A. (2014). *'Projecto Querença': redes e parcerias como base para o desenvolvimento local e um turismo rural na Aldeia de Querença - Portugal?* Anais XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 24 a 26 de setembro de 2014. Universidade do Estado do Ceará – UECE.

Slapnicka, M. Z. (2009). *O Agroturismo em Santa Rosa de Lima: transformações socioculturais na dinâmica de organização do trabalho nas famílias agricultoras.* Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, SC, Brasil.

Tucum, (2008). *Rede Brasileira de Turismo Comunitário.* In: *II International Seminar on Sustainable Tourism.* Fortaleza.

Turisol. (2008). *Apresentação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.* Acessado em 05/01/, 2013, de: <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/147443>.

WWF. (2001). *Guidelines for Community-Based Ecotourism Development.* Acessado em 10/03/2012, de: www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf.